

BARRICADAS, TRAFICANTES E FAVELAS: uma análise sobre as representações e percepções sobre a categoria “risco” dentro dos espaços urbanos no Jardim Catarina

Klarissa Platero e Fernanda de S. Ribeiro

Universidade Federal fluminense.

E-mail: klarissaplatero@id.uff.br

E-mail: fe.ribeiro@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca compreender as diferentes percepções sobre a categoria “risco” entre os moradores do bairro Jardim Catarina, que possui diversas localidades consideradas “áreas de risco”. Para uma melhor compreensão desta categoria e quais fatores podem ser considerados como importantes para a construção dela, as entrevistas com moradores, observações de campo e construção de mapas (croquis) foram os métodos utilizados para conseguir chegar aos principais fatores que contribuem para a demarcação destas áreas de risco. A análise socioeconômica e territorial do lugar e a complexa relação entre os moradores e o tráfico de drogas e sua atuação foram elementos importantes para nortear a pesquisa para conseguir chegar o mais próximo possível de se compreender quais os processos sociais que levam à construção da categoria “risco” no contexto do Jardim Catarina.

Palavras-chave: risco; território; tráfico de drogas.

ABSTRACT

This article tries to understand the different perceptions about the “risk” category among the residents of Jardim Catarina neighborhood, which has several locations considered “risk areas”. For a better understanding of this category and what factors can be considered as important to her construction, the interviews with residents, field observations and construction of maps (sketches) were the methods used to make it to the main factors contributing to the demarcation of these risk areas. The socio-economic and territorial analysis of the place and the complex relationship between the residents and the drug trafficking and your actions were important elements to guide the research to get as close as possible to understand the social processes that lead to construction of the “risk” category in the context of the Jardim Catarina.

Keywords: risk; territory; drug trafficking.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa empírica realizada no bairro do Jardim Catarina, em São Gonçalo/RJ, durante 2016 e início de 2017, para trabalho de conclusão de curso de uma das autoras (Ribeiro, 2017). O objetivo da pesquisa foi compreender como se formavam as diferentes percepções e representações da categoria “risco” dentro do bairro, entre os diferentes grupos sociais, neste caso, os moradores do bairro. O objetivo deste artigo, por sua vez, busca descrever e apontar alguns aspectos relevantes da pesquisa no que tange à discussão sobre os territórios dentro do bairro e como isso se tornou um fator importante para conseguir ter um melhor entendimento sobre o que seria considerado “risco” ou uma “área de risco”. Entender como os espaços urbanos são ocupados e vistos pelos diferentes grupos de pessoas dentro do bairro se mostrou uma forma eficaz de compreender como isto interfere no cotidiano e na visão destas pessoas sobre o que seria considerado “área de risco”. E foi desta forma que diferentes metodologias foram utilizadas para que se pudesse obter o melhor resultado possível e também para que se pudesse ter uma visão mais ampla sobre o assunto.

Os principais métodos foram as entrevistas feitas com moradores, ex-moradores e conhecidos sobre o bairro e como eles enxergavam a questão da violência no bairro e sobre as chamadas “áreas de risco”, e observações de campo, partindo da visão como pesquisadora e também

pertencente a um dos grupos de moradores do bairro. Também foi realizada uma breve pesquisa jornalística sobre o bairro nos principais jornais que circulam no município de São Gonçalo, para dar conta de pensar e analisar os discursos relacionados, principalmente, à violência e ao tráfico de drogas naquele território. Também contamos com o auxílio de mapas sobre o local, tanto mapas oficiais quanto mapas referenciais feitos por mim (croquis), para uma melhor visualização e explicação sobre o território. Conhecer o território e os conflitos que ocorrem nele, as disputas de representações sobre esses espaços e as formas como eles vão sendo apropriados nos ajudam a refletir como o “risco” é uma categoria que, assim como ressalta Douglas e Wildavsky (2012), é construída culturalmente e todas as suas representações podem ser observadas ao olhar para os grupos sociais de um determinado contexto.

CONHECENDO O TERRITÓRIO

O Jardim Catarina é um dentre os bairros que compõem o distrito de Monjolos, no município de São Gonçalo. É um bairro bastante popular no município, principalmente entre as matérias jornalísticas das mídias impressas locais e entre os próprios moradores do município. Foi considerado por bastante tempo como o maior bairro de loteamento da América Latina, porém muitos não o conhecem especificamente por este nobre título.

Um pequeno levantamento jornalístico mostra que Jardim Catarina apareceu, pelo menos, em média, cinquenta vezes em reportagens do jornal “O São Gonçalo”, no período entre 25/07/2015 até 19/11/2016. A grande parte das reportagens pertencia à seção “Polícia” do jornal, onde estavam relatados vários acontecimentos relacionados principalmente ao tráfico de drogas e às operações policiais que ocorriam no bairro. Jardim Catarina, no que diz respeito aos comentários populares, tornou-se um dos bairros mais “complicados” de se viver no município, não apenas por conta do tráfico de drogas, mas também pela grande incidência de confrontos com a polícia, o que acrescenta mais um ponto negativo à imagem que o bairro possui, especialmente para pessoas de fora dele e que não compreendem as dinâmicas que estão acontecendo dentro do bairro.

Mas para compreender como a reputação do bairro se tornou tão negativa no município, é preciso entender alguns aspectos como: onde ele se localiza, a importância desta localização e as apropriações dos espaços dentro do bairro. O Jardim Catarina conta com diversas áreas que são consideradas como sendo “de risco”, por serem áreas que têm o domínio do tráfico de drogas e a presença constante dele nessas áreas. Sua proximidade territorial com o Complexo do Salgueiro, Palmeiras e Fazenda dos Mineiros, que são bairros limítrofes, fez com que o Jardim Catarina se estabelecesse como

um bairro chave para a transição do tráfico de drogas da região. O acesso direto às principais rodovias da região, BR-101 e BR-104, e o acesso facilitado do Jardim Catarina às comunidades vizinhas possibilitaram que este fosse considerado pelos traficantes como uma área estrategicamente favorável para o tráfico de drogas, principalmente no transporte da droga e as variadas rotas de fugas que o próprio bairro permite que existam. Contudo, a organização urbana que o bairro possui consegue ser muito mais complexa, pois a escolha de determinadas áreas pelo tráfico de drogas para serem seus territórios de atuação e mercado, com bocas de fumo e campo de futebol, não foi uma escolha aleatória. E também a visão que moradores que não frequentam essas áreas fazem delas, possui uma relação sobre como esses moradores enxergam os “donos” desses territórios e as pessoas que ali circulam. Mas antes de nos aprofundar neste tópico, é preciso entender como é a divisão espacial do bairro, a partir da georreferência dos moradores.

EXPLICANDO O TERRITÓRIO

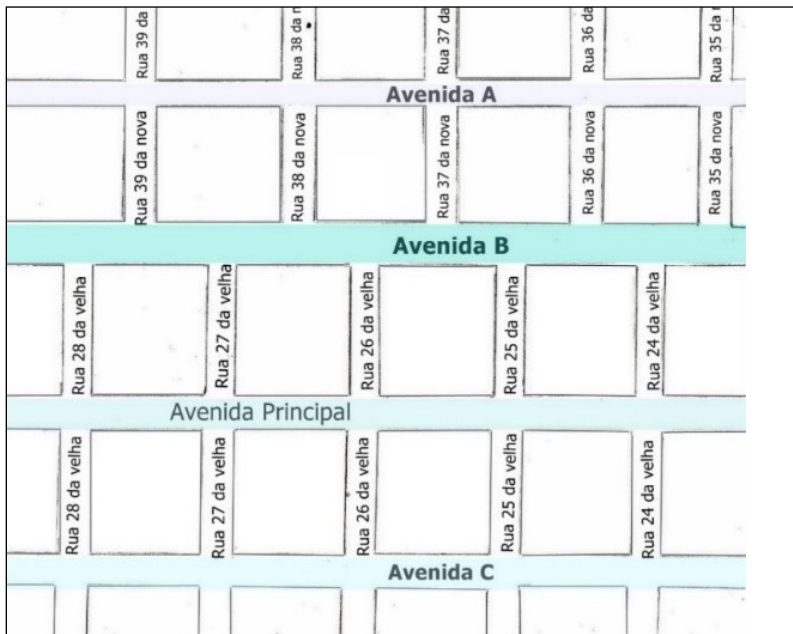
Nesta parte vamos explicar como o território é setorializado a partir da divisão feita pelos moradores do próprio bairro, que é diferente das referências oficiais. Faremos de um modo que seja menos confuso do que pode aparentar, especialmente para os leitores que não estão familiarizados com o bairro, já que, ao nosso ver, todas essas classificações são natura-

lizadas, o que torna desafiador explicá-las a outras pessoas que não compartilham deste “saber local”. Todas essas categorias de classificação de ruas e divisão territorial são nativas, isto é, foram criadas pelos próprios moradores do bairro. Tentamos recolher informações acerca da origem dessa divisão e de onde surgiu a ideia de dividir as ruas por números e por loteamento, e posteriormente, por áreas específicas.

No Jardim Catarina, a forma mais eficiente de uma pessoa se localizar dentro do bairro é a partir de numeração. Cada rua tem seu nome oficial, mas informalmente elas possuem um número específico. Porém, a numeração sozinha não é o suficiente para se localizar no

bairro, é preciso dizer qual o loteamento do número, que são apenas duas categorias: velho e novo. Então, isso significa que dentro do Jardim Catarina encontramos duas “Ruas 27”, porém uma é a “Rua 27 da nova” e a outra é a “Rua 27 da velha”. Entretanto, essa numeração dentro dos loteamentos não segue a mesma ordem, o que significa que as ruas que possuem a mesma numeração estarão em lugares muito diferentes dentro do bairro. Por isto, é necessário dizer, quando se está indo em direção a uma dessas ruas, se ela pertence ao loteamento “velho” ou “novo”. Para entender um pouco melhor sobre isso, segue um dos mapas (croqui) do bairro:

Figura 1: Mapa da divisão do bairro Jardim Catarina



Fonte: elaboração própria

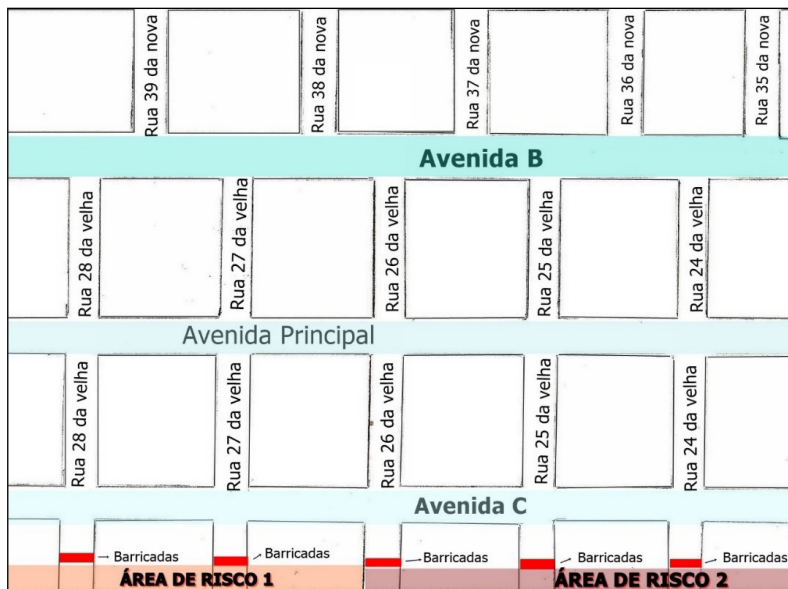
Observando a Figura 1, nota-se que a “Avenida Principal” diz respeito à avenida onde há a maior concentração de lojas e comércios do bairro e onde circulam as linhas de ônibus do Jardim Catarina. A chamada “Avenida B” é a avenida que separa os loteamentos “velho” e “novo” do bairro. O loteamento novo são as ruas que vão em direção ao bairro de Santa Luzia, e o loteamento “velho” são as ruas que vão em direção aos bairros de Alcântara, Palmeiras, Salgueiro, etc. É possível ver que uma residência que esteja localizada na “Avenida B” pode ter diferentes pontos de referência, tanto do loteamento “novo” quanto do “velho”. Tomando por um exemplo, digamos que existe uma casa denominada “Casa X” e que ela pode se encontrar em um ponto de

referência que esteja justamente entre o loteamento “velho” e o “novo”. Entender essa maneira de georreferência do bairro permite uma maior compreensão de como a dinâmica de separação do bairro muda as formas como as pessoas circulam e se movimentam dentro do bairro.

AS ÁREAS “DE RISCO”

Agora, as chamadas “áreas de risco” seguem o mesmo tipo de georreferenciamento que o restante do bairro, porém, esses territórios possuem seus próprios apelidos, onde fica mais claro que há uma diferença entre esses espaços e os demais lugares. No mapa abaixo, essas áreas foram nomeadas por nós de “Área de risco 1” e “Área de risco 2”, para que não haja nenhum tipo de referência à localização real destas áreas.

Figura 2: Mapa do Jardim Catarina com as “áreas de risco”



Fonte: elaboração própria

A grande parte destas localidades agora possuem barricadas, o que torna mais visível a delimitação dos territórios para aqueles que não conhecem bem os lugares. A “Avenida C” é um exemplo de local onde já começam a circular apenas os moradores daquele lugar, pessoas que têm livre acesso ou que fazem parte do tráfego. Raramente pessoas que moram em ruas a partir da “Avenida Principal” em direção a “Avenida A” circulam pelas ruas da “Avenida C”. E apesar de suas ruas possuírem também um número de loteamento, que no caso acima seria do loteamento “velho”, seus apelidos ganharam maior popularidade, e por conta disso, são chamadas por eles.

“O Jardim Catarina não é uma favela, mas ele tem favelas”

A fala que intitula esse tópico já foi dita por diversos moradores do bairro que não residem nas “áreas de risco”. Era como se fosse uma forma de deixar bem explícitas as diferenças entre “eles” e os moradores destas áreas, “os outros” ou “os favelados”. Estas áreas possuem características físicas e estruturais semelhantes às comunidades estudadas por Beato e Zilli (2012) que são comunidades pobres, frutos de assentamentos e ocupações que deveriam ser provisórias, mas que continuam estabelecidas, que possuem dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbana fornecidos pelo Estado como transporte

e saneamento – e possuem maior exposição a enchentes e inundações. Estes fatores ajudam com que a imagem desfavorável da região seja disseminada entre os demais moradores. Vale ressaltar que muitos desses problemas também podem ser encontrados em outras áreas do bairro, mas nestas áreas específicas esses problemas são mais visíveis. E a característica mais forte destas áreas é a exposição direta a um contexto de violência urbana, gerada pela presença do tráfego de drogas.

Isso dificulta ainda mais a presença do Estado nestas localidades, onde parece que os “parâmetros normativos legais são relativos” (Beato e Zilli, 2012:75). Em outras palavras, existe uma real separação entre estas áreas e o restante do bairro, e isto pode ser percebido não apenas nos discursos dos moradores, mas também pela não-ação do Estado nestas localidades. “A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural” (Maricato, 2003:1, *apud*, Beato e Zilli, 2012:75). Estas áreas são vistas como áreas marginalizadas, num sentido duplo: são localizadas às margens das fronteiras do bairro com os bairros limítrofes e são marginais no sentido de estarem à margem do discurso político e moral do restante da sociedade e, desta forma, entram num processo de criminalização da marginalidade (Coelho, 2005), sendo que no caso tratado aqui, também se trata de uma categorização do espaço.

No momento em que os demais moradores do bairro deixam claro que eles não pertencem a uma favela, eles querem dizer que favela é um lugar indesejável e que eles não querem esse rótulo para si, pois não se identificam como “favelados”. Leonardo Sá (2014) mostra como a cidade categoriza a favela “enquanto lugar não desejável para o habitante da cidade, como os sentimentos negativos de medo, raiva e desprezo alimentados contra os moradores da favela” (Sá, 2014:127). E isso mostra como os moradores das áreas de não-risco se enxergam como pertencentes a uma ideia de “cidade”. E isso causa ainda mais exclusão destas áreas, deixando assim com que criem suas próprias regras de convivência, suas próprias formas de organização e de relação. De fato, nestas áreas, as regras legais, as regras criadas pelo Estado, não se aplicam. Dentro desses espaços há regras locais que fazem com que se estabeleça uma ordem, na tentativa de evitar o máximo de conflitos.

Sá (2014) também fala sobre como a própria comunidade tem noção de sua exclusão e da imagem negativa que é produzida sobre ela pelas pessoas “de fora” desses lugares, mas que isso também gera uma visão diferente destes moradores para com os demais, gerando conseqüentemente uma ruptura de laços comunitários no bairro como um todo. Os que são da “favela” acabam se aliando e se juntando com

aqueles que compartilham da mesma realidade, evitando outros moradores, aqueles que os veem como “favelados”. Sendo assim, estas “áreas de risco”, áreas periféricas ou “faveladas” são vistas de diferentes formas por diferentes sujeitos, assim como aponta Athayde (2011):

“a força policial a vê como espaço para aplicar a repressão; o crime organizado atua nela como território de disputa das facções; candidatos a pleito político a visitam como curral eleitoral; as instâncias do poder público não a enxergam; a classe média a estigmatiza como uma ameaça à sua paz; e os favelados a veem como alternativa de moradia distante do asfalto” (Athayde, 2011:402).

PENSANDO OS ESPAÇOS URBANOS E O “DEPENDE DE QUEM VOCÊ É”

Escrever sobre o Jardim Catarina foi um exercício bastante interessante e desafiador para uma das autoras, justamente por ser alguém que nasceu e foi criada neste bairro. A perspectiva aqui expressa sobre as coisas que aconteceram e acontecem dentro do bairro será, portanto, diferente da perspectiva de outros pesquisadores externos ao bairro. A visão sobre o bairro, sobre as diversas representações que surgem dele e sobre ele, acabam se assemelhando e

se diferenciando quase que da mesma forma, com a de diversos outros atores. Isso foi interessante de se perceber justamente dentro do projeto de pesquisa¹ que inspirou o trabalho maior que deu origem a este artigo (Ribeiro, 2017).

As diversas representações que demais atores sociais possuem sobre os bairros de São Gonçalo, e mais especificamente sobre as chamadas “áreas de risco”, segundo eles, diferenciam-se da representação aqui colocada, e que também se diferencia da perspectiva de moradores dessas áreas em específico. Segundo Gilberto Velho, “as diferenças em termos de visões de mundo e estilos de vida entre categorias sociais que convivem e interagem cotidianamente não são sempre óbvias ou facilmente identificáveis” (Velho, 2007:12 *apud* Durão, 2008:568). Um dos resultados principais encontrado depois das observações de campo e das entrevistas com os moradores, é que essas “áreas de risco” se expandiam cada dia mais, segundo a percepção de vários moradores, inclusive dos que moram dentro dessas áreas. O reconhecimento de que a criminalidade começou a tomar contornos espaciais maiores do que os que antes havia começou a causar uma série de complicações para os moradores do bairro, num geral, e reafirmar mais a visão negativa que eles tinham com relação àqueles lugares.

Um dos principais interlocutores no campo e que forneceu uma perspectiva mais ampla sobre as dinâmicas no

bairro será aqui apelidado como “Kid”. Kid possui cerca de quarenta anos e é morador do bairro desde pequeno. Cresceu numa época em que o Jardim Catarina ainda era em sua grande parte tomado pelos matagais. Porém, Kid não é um simples morador do bairro. Seu envolvimento com as drogas desde a adolescência o fez permanecer, por bons anos da juventude, ativamente no tráfico de drogas da região, chegando a assumir a posição de gerente em uma das poucas “bocas de fumo” existentes no bairro na época. Ganhou notoriedade e respeito não apenas entre os traficantes locais, mas também entre os moradores, que o conheciam e conheciam a sua família. Kid atualmente não está envolvido com nenhuma ação ligada ao tráfico, mas ainda é usuário de drogas, o que justifica suas idas às bocas de fumo, e sua fama também o ajuda a circular por esses lugares sem que haja muitos empecilhos. Ter sido um “bandido formado”², utilizando o conceito tratado por Zaluar (1985) o fez estabelecer respeito entre os chefes do tráfico até nos dias atuais. Kid sabe que é uma das poucas exceções entre os moradores do Jardim Catarina, principalmente porque ele nunca morou em nenhuma dessas “áreas de risco”.

A primeira resposta de Kid quanto à definição de “área de risco” sobre determinados lugares dentro do bairro foi: “*depende de quem você é*”. Esta foi uma frase importante para começar a pen-

sar sobre as diferentes relações que os moradores possuem entre eles e as que eles constroem dentro desses espaços. Isso foi como um primeiro indicativo de que encontraríamos diversos discursos sobre estes lugares. Seria preciso entender o contexto no qual cada entrevistado estaria inserido e que tipo de relações possuía dentro do bairro e com quais pessoas. Kid disse, claramente, que nenhuma daquelas localidades que havíamos apontado como sendo chamadas de “áreas de risco” representava qualquer risco para ele, em particular:

Pesquisadora: *Mas então o que seria uma “área de risco” pra você, já que estas aqui você disse que não representam nenhum risco?*

Kid: *Entenda bem o que eu falei, não representa risco pra mim. Se tua vizinha ali da rua da frente quiser entrar nestes lugares, provavelmente ela terá que se explicar pros “moleques” o que ela tá indo fazer ali. Eu tenho passe livre, e você, dependendo de quem você diz quem é, também pode ter. Tudo é desenrolo, criança.*

Pesquisadora: *Então, o que você tá me dizendo é que dependendo de quem eu seja eu posso ou não considerar aquele local arriscado pra mim?*

Kid: *Bem, pra mim lá não*

é nada perigoso. Sou “fechamento” com os caras lá. Se tu fala que é minha conhecida, ninguém mexe com tu não, garota. Agora se tu chegar cheia de pose de estudante da UFF, aí pode ser diferente.

A partir desse diálogo, conseguimos perceber uma primeira questão: a palavra risco era necessariamente relacionada com a ideia de perigo, de algo “arriscado”, algo que tem potencial para causar dano. Algumas pessoas entrevistadas perguntavam: “*Você quer saber se a gente acha aquela rua lá perigosa não é?*”. Foi um dos diversos questionamentos que algumas pessoas fizeram, o que levava à pergunta inicial da pesquisa: “*É isso que você pensa que é risco?*”. Com isto, percebemos que a palavra “risco” em si não era muito utilizada pelas pessoas, elas acabavam usando palavras como “perigoso” na maior parte das vezes. Mas o que a fala de Kid traz de reflexão é justamente pensar como que, para ele - assim como é para outras pessoas - nem o tráfico nem as pessoas envolvidas nele representam algum tipo de perigo.

E isso é possível perceber entre pessoas de fora do bairro, como é o caso de empresas que, segundo Kid, pagam o “arrego” aos traficantes para que consigam circular dentro do bairro e fazerem seus negócios com os comércios locais. Inclusive, empresas do ramo de bebidas têm acordos selados com o

“movimento” para serem as abastecedoras da bebida dos bailes *funks* que ocorrem. Por conta disso, é possível perceber que vários acordos informais são fechados com o tráfico para que os negócios possam continuar, inclusive os comércios locais. Existem regras que os comerciantes precisam seguir para que possam ter o “aval” do tráfico para continuar funcionando, mesmo em áreas que eles não possuem domínio armado. Por exemplo, atualmente, quando há confrontos com a polícia ou quando algum traficante é morto em operação policial, nenhum comércio abre sem que o tráfico autorize, senão os próprios traficantes vão até o lugar e fecham as portas. E isso também vale para os moradores, que nesse caso, evitam sair de casa. Como Kid falou em um dos encontros: *“tudo é na base do desenrola”*. Então, conhecer é poder. Conhecer pessoas e conhecer as regras traz ao indivíduo um poder maior de circulação e uma rede maior de relações que podem o proteger dentro dessas áreas.

Em um dos encontros com o Kid, ele contou que em determinada esquina do bairro uma menina havia sido assaltada por dois meninos numa moto. Perguntado se o pessoal do tráfico estava ciente de que esse tipo de situação estava ocorrendo, e ele respondeu: *“Isso já não é mais da conta deles. Agora é cada um por si”*.

Não há indícios de que os assaltos que estão ocorrendo atualmente no Jar-

dim Catarina sejam feitos por garotos que fazem parte do tráfico no bairro, o que ainda se sustenta a hipótese de que esses assaltos são cometidos por pessoas de outros lugares, principalmente oriundos de bairros dominados por facções rivais à facção dominante no Jardim Catarina. Porém, o que antes era uma “preocupação” do pessoal do “movimento” (isto é, do tráfico) no bairro, agora já deixou de ser. Essa é uma mudança significativa, pois, antigamente se era levado a sério a ideia da proteção aos moradores do bairro, mesmo que estes nunca tivessem pedido por isso. Era como se os antigos traficantes do local também fossem uma espécie de “segurança” do bairro, e isso pode ser visto ainda em alguns bairros dentro de São Gonçalo, onde traficantes colaram em postes e em muros cartazes deixando claro que quem assaltasse qualquer morador da localidade e fosse pego, teria a morte como punição. Essa espécie de proteção que vinha diretamente do tráfico de drogas pode ser entendida não apenas como uma expressão da relação que antes havia entre os traficantes e os moradores, especialmente por conta das relações familiares e de amizade entre essas pessoas, mas também como forma de expressão da autoridade e reafirmação do domínio dos traficantes locais, numa tentativa de mostrar que eles tinham o poder sobre o território, sobre as pessoas que circulavam nele e sobre o que acontecia com os moradores.

No Jardim Catarina existia esse tipo de postura por parte dos traficantes da “velha guarda”, como eles se referem aos antigos traficantes. Porém, os mais novos não se preocupam com isto, o que faz com que as áreas nas quais eles não têm domínio armado visível sejam “vulneráveis” para demais indivíduos praticarem assaltos e outros tipos de crimes, o que não acontece nos lugares onde eles dominam diretamente. Não foi extinguida por completo esta preocupação por parte dos traficantes com ações criminosas contra moradores, mas o que foi percebido é que isto dependerá de onde o crime aconteceu e com qual morador aconteceu, e principalmente, se isto afeta de alguma forma os próprios traficantes.

Uma análise possível para este resultado é que isto pode estar ligado ao fato de que estes novos traficantes não possuem relações pessoais nem ligações afetivas com o bairro, como acontecia com os antigos, que nasceram e foram criados no bairro. Os laços sociais entre eles e os demais moradores não possuem força suficiente para que eles tomem iniciativas de proteger e manter a “ordem” dentro do bairro, como um todo. Somente dentro das áreas que os interessam, e dependendo de quem for a vítima e qual a situação. Como foi apresentado, dentro destas “áreas de risco” não há uma hegemonia entre os moradores. Há moradores que possuem relações diretas com os traficantes,

que compartilham da mesma visão de mundo que eles, que frequentam os bailes *funks* que são promovidos na região, que compartilham da mesma cultura local. De outro lado, há outros moradores que possuem divergências morais com relação ao uso e o tráfico de drogas, com a ostentação do armamento por parte dos traficantes e com a realização dos bailes, por exemplo.

Porém, apesar da diferença, estes grupos de moradores são vistos com “maus olhos” pelos demais moradores do bairro, que possuem em suas imaginações que a maioria dos que andam nestas áreas são pessoas nocivas, contaminadas pela “poluição moral” que o tráfico trouxe àquelas localidades. Isso é possível de se confirmar numa fala de uma moradora residente em uma rua do bairro bem isolada do acesso a estas áreas:

“Ah quase todo mundo que fica por aqueles cantos não são gente que presta não. Claro, eu sei que tem trabalhador lá, não quero generalizar. Mas você sabe né? Esses moleques que andam pra baixo e pra cima de moto, usando bermudinha e boné. Essas meninas com shorts tudo curto, vestido de ‘piriguetes’... Não são gente que presta muito não. Mas também, olha só onde eles moram! Só devem conviver com ‘tralha’ o tempo

todo. Isso influencia, eu acho” (entrevista com moradora, dezembro de 2016).

A interação com esses interlocutores permite ponderar que não existe apenas uma ideia formada de como são estas “áreas de risco”, mas também sobre que tipo de pessoas, ou que tipos sociais, moram e frequentam estes lugares. O que se percebe é que há uma relação entre estas ideias, que elas não são desconexas entre elas. No caso das áreas de risco do Jardim Catarina é possível perceber que há uma relação entre as representações que se possui do espaço, do território, a partir da imaginação que se tem dos sujeitos que habitam e dominam aquele território.

PENSANDO SOBRE O RISCO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Partindo da perspectiva de que a realidade é um construto social (Berger e Luckman, 1991) conjugada com uma teoria cultural da percepção de riscos, apresentada pelos autores Mary Douglas e Aaron Wildavsky (2012), a noção de risco começa a variar dependendo do contexto onde ela é aplicada. O que nos leva a perceber a primeira ideia básica: ela é uma categoria definida socialmente, e que considera o ambiente social, os atores envolvidos e os princípios sociais de seleção e avaliação de riscos como parte deste processo de definição da categoria. Além de que somente com

uma abordagem cultural sobre a noção de risco que se terá condições para integrar os juízos morais e os julgamentos empíricos sobre as distintas realidades (Douglas e Wildavsky, 2012).

Segundo essa perspectiva, a noção de “risco” é múltipla, já que é possível encontrar diversas percepções sobre risco, não havendo consenso geral nem mesmo entre os pesquisadores, sobre o que seria o conceito de “risco” e como ele se reproduz nas sociedades. Segundo Areosa (2010, *apud* Jeffcott, 2004:12), “as percepções e representações do risco não são homogêneas e universais, por isso tentar obter uma definição precisa e concisa daquilo que significa “estar em risco” torna-se numa tarefa árdua”. Com isto, é possível perceber que diferentes sujeitos em diferentes contextos terão maneiras distintas de se perceber o risco, os fatores que o levam a estar em risco e a avaliação que estes fazem sobre a situação de risco. Não existe “o risco”, mas sim várias tipificações sobre o que seria “risco”, tal como demonstrado pela pesquisa realizada no Jardim Catarina.

Como também apontam Douglas e Wildavsky (2012:6), “a percepção de riscos é um processo social. Toda sociedade depende de combinações de confiança e medo”. Toda sociedade é construída a partir de processos sociais, e não apenas a noção de risco é derivada de um processo, mas também as variáveis que ajudam a formulá-lo são

frutos de processos sociais e culturais, que são utilizados como mecanismos de controle social. E, mais além, a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens (Durkheim e Mauss, 1969), isto é, no momento em que determinadas áreas são escolhidas como sendo consideradas como “de risco”, e não apenas os lugares como também as pessoas que residem e circulam nestes locais como sendo “perigosas”, existe uma classificação e, a partir disto, uma hierarquização social destes locais e destes indivíduos, colocando-os numa posição inferior a daqueles que residem em outras localidades e que têm um tipo de inserção social diferente. O que de fato acontece é que a reprodução desse discurso narrativo sobre o fenômeno da violência urbana e sobre as demais coisas que acontecem nessas localidades acaba fazendo com que diversas representações sejam construídas sobre aqueles lugares por pessoas que nem sequer sabem onde eles se localizam. Mantém-se a ideia de que não apenas o lugar é perigoso, mas as pessoas que frequentam estes lugares são potencialmente perigosas.

Teixeira (2012) chama atenção para como as pessoas moradoras de favelas já são vistas como criminosas, ou potencialmente criminosas, “em razão da contiguidade territorial inescapável com a minoria que integra os bandos armados” (Silva, 2008 *apud* Teixeira, 2012:194). Isto também é explicado

com base no conceito discutido por Michel Misse (2014) sobre a sujeição criminal, segundo o qual:

“a sujeição criminal refere-se a um processo social pelo qual se disseminam uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não só é verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (Misse, 2014:204).

No caso dessas “áreas de risco” no Jardim Catarina, tanto o local quanto as pessoas que moram e circulam nele acabam sendo submetidas a esse processo de sujeição criminal. Ainda segundo Misse (2010):

“nesse sentido, a sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada” (Misse, 2010:20).

Não há nenhum indício de que aquelas pessoas são criminosas ou perigosas, mas assim como aponta este último autor, esse processo de sujeição consegue ser mais efetivo do que a estigmatização (Goffman, 1975) ou a rotulação (Lemert, 1967; Becker, 2009[1963]), fazendo com que inclusive essas mesmas pes-

soas passem a se ver como “bandidos”, “marginais” ou mesmo “sementinhas do mal”, o que reforça o esforço de manter o restante das “pessoas de bem” longe desses lugares e pessoas. Assim como aponta Misse (2008, 2010, 2014), tudo isso é resultado de uma construção social, que influencia outros processos sociais, como a própria noção de risco neste contexto. Esses sujeitos criminais seriam responsáveis pela “poluição” moral do ambiente e contaminação das pessoas que circulam nestes ambientes, onde é “separado o moral do imoral, e, assim, sustêm a visão da boa sociedade” (Douglas e Wildavsky, 2012:35).

Como afirma Teixeira (2012), os traficantes assumem o tipo social do sujeito que é dotado de imoralidade, que suas ações são, de acordo com a moral cristã dominante, uma afronta à ordem e à paz social, sendo assim considerados uma ameaça à sociedade. Mas, neste caso, não se restringe apenas àqueles que pertencem ao tráfico de drogas, como também todos aqueles que partilham do estilo de vida e ambiente que esses mesmos sujeitos. Essas pessoas acabam sendo vistas pelos demais membros do bairro como sendo exemplos de imoralidade, daquilo que é fora do eixo da normalidade, e que deve ser evitado. Apenas alguns tipos de sujeitos conseguem escapar a esse processo de sujeição criminal, e são aqueles que têm comportamento e aparência que mais se assemelham aos comportamentos e aparência dos “cidadãos de bem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trouxemos neste artigo uma das diversas formas de se pensar e discutir a respeito de como se pode classificar a categoria “risco”. Mas, para além disto, procuramos mostrar como este tipo de categoria é classificada a partir de representações e percepções dotadas de estigmas sociais e preconceitos que já se perpetuam dentro de diversos grupos sociais. As pessoas que circulam dentro destes territórios são classificadas e hierarquizadas dentro de determinadas estruturas sociais que as colocam numa posição de inferioridade, de representação do “perigo”.

A pesquisa de campo mostrou, dentre outras coisas, como a figura do traficante “do morro” é vista como sendo a personificação do “mal”. Assim como aponta Coelho (2005), alguns tipos de comportamentos desviantes considerados crimes, como é o tráfico de drogas, podem ter tratamentos diferenciados quando cometidos por pessoas de diferentes classes sociais. O tráfico de drogas também acontece dentro das classes médias e altas, o chamado “tráfico de pista” (Grillo, 2012). Contudo, aqueles que praticam esse tipo de tráfico de drogas não possuem as características físicas, sociais e econômicas que são atribuídas aos “traficantes de morro”. A sociedade, num geral, não os vê como uma ameaça. A eles não são fixados os rótulos de “bandido”, “vaga-

bundo” e “traficante”. Isso só demonstra o quanto existe uma desigualdade que perpetua o próprio imaginário social sobre quais os tipos sociais são vistos como “bandidos” e são esses que vão ser considerados culpados por despertar o medo e o sentimento de insegurança nos cidadãos “de bem”.

A questão é que esse tipo de imaginário social que gira em torno da figura do “traficante” não apenas se restringe a essa categoria social. Velho (2004) vai apontar que certos “termos” já carregam em seu cerne uma conotação negativa quando acionados por diferentes atores sociais, como é o caso do *drogado* e o *subversivo*. Segundo o autor apresenta, são tidos como sujeitos que são responsáveis pela desordem social, gerando um rompimento da ordem vigente e tidos, portanto, como potencialmente perigosos. No caso do Jardim Catarina, a categoria acusatória principal seria (1) a do “traficante”, que se tornou o símbolo do perigo, da desordem social, representando o mais responsável pelo sentimento de insegurança e colocando os demais cidadãos como seus reféns desse “mal” e; (2) a do “favelado”, que são aqueles que são igualmente desordeiros, e que partilham do mesmo ambiente e visão de mundo, e que são corriqueiramente alvos de incriminação, assim como Silva (2012) bem coloca.

Como ressaltado, o termo “favelado” usado por um grupo de moradores que não residem em “áreas de risco” diz res-

peito às pessoas que moram nas localidades dominadas pelo tráfico de drogas, e que possuem características similares àquelas que correspondem à acusação de “bandido”. Isso se torna algo muito além do que um rótulo ou um estigma social. É um processo de sujeição criminal (Misse, 2012), onde certos tipos sociais são vistos pela sociedade como intrinsecamente perigosos, onde o crime é algo que faz parte não apenas de sua rotina e do ambiente em que vive, mas é como se fizesse parte da própria pessoa, e não se tem como descolar essa representação de perigo do sujeito. E isso é o que acontece com relação a um determinado grupo de pessoas que mora nessas “áreas de risco”, que dentro do Jardim Catarina, são consideradas “favelas”. O próprio termo “favela” já possui uma conotação pejorativa com relação ao espaço. O espaço urbano, o território, por conta de suas características físicas – infraestrutura ruim, ambiente deteriorado, pichações, alagamentos – e dos sujeitos que o dominam – as facções criminosas – ganham para si rótulos negativos, e isso colabora no processo de sujeição criminal dos moradores deste lugar. No caso do Jardim Catarina, o termo “favela” começa a ser, aos poucos, substituído pelo termo “área de risco”, que tem a mesma função que o termo anterior: estigmatizar o lugar e os seus moradores. Dizer que um lugar é uma “área de risco” já coloca este lugar numa espécie de “limbo social”, que

certamente passará a ser evitado pelos demais moradores do bairro.

A sujeição criminal não é um processo que deriva dos preconceitos individuais dos grupos sociais, mas também é uma ação política, que é baseada em discursos de uma classe dominante que se autointitula como cidadãos “de bem”. Estes cidadãos seriam aqueles que, segundo Rodrigues (2012), se veem como pessoas que são trabalhadoras, que não se envolvem com drogas ilegais, não possuem nenhum tipo de comportamento violento ou que perturbe a paz social, e que são “reféns” do “do mal”, isto é, são reféns daqueles que ameaçam a ordem vigente, que é o caso do “bandido”. Esse discurso está embasado no discurso do senso comum que, segundo DaMatta (1994), coloca a violência urbana como uma preocupação dos cidadãos comuns, pois os atinge diretamente em seu cotidiano, tornando-se algo particular e pessoalizado, uma violência que o atinge diretamente. E a violência cria uma personalização: os “bandidos” e todos aqueles que foram “contaminados” com a poluição moral que o ambiente criminoso pode oferecer.

A sujeição criminal se transforma numa questão política e judicial, já que esses são os principais alvos de políticas públicas pautadas na repressão desses grupos e tomada de seus territórios, das operações policiais abusivas e violentas (Beato e Zilli, 2012), no encarceramento em massa desses sujei-

tos. E não há como separar esta questão com a política declarada de guerra às drogas, que é extremamente repressiva, gerando impactos sociais e culturais que afetam as perspectivas entre os indivíduos que compõem a sociedade. A criminalização das drogas e de seus sujeitos é tão forte na cultura dominante do Brasil, que tudo o que tem relação com isto é colocado num patamar de repressão e condenação, moral e jurídica. E, como pode ser notado neste artigo, é a partir de diferentes óticas sobre a realidade que surgem as perspectivas com relação aos riscos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREOSA, João. 2010. “O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante”. *Revista Angolana de Sociologia*. Junho de 2010 / Dezembro, n.º 5 e 6, pp. 11-33.

ATHAYDE, Celso. 2011. “Periferia: favela, Beco, Viela”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs). *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, pp.400-407.

BEATO, Claudio e ZILLI, Luís Felipe. 2012. “A estruturação de atividades criminosas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Outubro. Vol. 27, Nº 80, pp. 75-86.

BECK, Ulrich. 2008. “Momento cosmopolita” da sociedade de risco. *Revista Com Ciência Campinas*, nº. 104. Disponível em: <http://comciencia.cienciol.br/pdf/cci/n104/a09n104.pdf>

BECKER, Howard. 2009. *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 231p.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz. 1991. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Editora: Vozes. Ed. 29.

COELHO, Edmundo Campos. 2005. "A Criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade". In: COELHO, E. C.; COELHO, M. P. (org.). *A Oficina do Diabo e Outros Estudos sobre Criminalidade*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record.

DAMATTA, Roberto. 1994. "Os discursos da violência no Brasil". In: DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco.

DOUGLAS, Mary & Aaron WILDAVSKY. 2012. *Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Tradutor: Cristiana de Assis Serra – Rio de Janeiro: Elsevier.

DURÃO, Susana. 2008. "Gilberto Velho (org.), Rio de Janeiro: Cultura, Política, Conflito". *Etnográfica* [Online], vol. 12 (2) | 2008, Online desde 04 Julho 2012, consultado em 17 Dezembro 2016. URL: <http://etnografica.revues.org/1831>, pp. 565-570.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. 1968. "Algumas formas primitivas de classificação". In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. Paris: Minuit, pp.182-203.

GRILLO, Carolina Christophe.

2012. "Entre cálculos e dívidas: a dinâmica das relações comerciais no tráfico de drogas praticado por jovens de classe média no Rio de Janeiro". In: MISSE, M.; WERNECK, A. (orgs). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.227-250.

GRILLO, Carolina Christophe e NERI, Natasha Elbas. 2014. "Vai, levanta a mão!: a criminalidade vista a partir dos bailes funk em favelas do Rio de Janeiro". In: BARBOSA, A. R.; RENOLDI, B.; VERISSIMO, M. (orgs) *(I)Legal - etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói: Eduff.

MARQUES, Rodrigo. 2012. "O fenômeno do pânico moral: apreciações clássicas, inovações e problematizações contemporâneas". In: MISSE, M.; WERNECK, A. (orgs). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 251-288.

MISSE, Michel. 2010. "Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"". *Lua Nova*, São Paulo, v. 79, p. 15-38.

MISSE, Michel. 2014. "Sujeição Criminal". In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline; PLATERO, Klarissa; FIGUEIRA, Marcelle; DIRK, Rena-

to e colegas. 2016. *Mapa de percepção e caracterização de risco. Relatório de Pesquisa*. UFF/ANEEL/ENEL, Niterói, Novembro, 48p.

LEMERT, Edwin. 1967. *Estrutura Social, Controle Social e Desvio*.

RIBEIRO, Fernanda de Souza. 2017. *Barricadas, traficantes e favelas: uma análise sobre as representações e percepções sobre a categoria “risco” dentro dos espaços urbanos no Jardim Catarina*. Monografia de final de curso. Graduação em Segurança Pública e Social. Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Julho.

RODRIGUES, Danielle. 2012. “A luta dos ‘de bem’ contra os ‘de mal’: justificações dadas para linchamentos”. In: MISSE, M.; WERNECK, A. (orgs). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.155-178.

SÁ, Leonardo. 2014. “A favela é uma arma: considerações antropológicas sobre campos em fuga”. In: BARBOSA, A. R.; RENOLDI, B.; VERISSIMO, M. (orgs) *(I)Legal - etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói: Eduff.

SILVA, Marcella Carvalho. 2012. “Rio em forma olímpica: a construção social da pacificação na cidade do Rio de Janeiro”. In: MISSE, M.; WERNECK, A..(orgs). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Ja-

neiro: Garamond, pp.117-130.

TEIXEIRA, César Pinheiro. 2012. ““Frios”, “pobres” e “indecentes”: esboço de interpretação de alguns discursos sobre o criminoso”. In: MISSE, M.; WERNECK, A. (orgs). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.179-204.

VELHO, Gilberto. 2004. “Duas Categorias de acusação na cultural brasileira contemporânea” In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

ENDNOTES

1 Iniciado em 2016 e ainda em andamento, o projeto é coordenado pelo professor Roberto Kant de Lima e tem como gerente de projeto a professora Ana Paula Mendes de Miranda. Construído sob a perspectiva da pesquisa em métodos mistos, a parte qualitativa foi coordenada pelos professores Vívian Paes, Lenin Pires, Fabio Mota e, a parte quantitativa, pelas professoras Jacqueline Muniz e Klarissa Platero. Além destes professores, compõem a equipe as professoras Roberta Correa, Luciane Patrício e Marcelle Figueira; os pesquisadores Renato Dirk, Andreia Soares, Joelma Azevedo e Dorian Borges; alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF e alunos da graduação em Segurança Pública e Social da UFF. No segundo semestre letivo de

2016, as professoras Ana Paula de Miranda e Vivian Paes ofereceram disciplina optativa “Diagnóstico e Prevenção em Segurança Pública/ Teorias do risco, vulnerabilidade e políticas públicas”, momento em que tive contato com a literatura que trata do conceito “risco” e, com isso, a oportunidade de iniciar o desenvolvimento da monografia. A principal motivação para a parceria entre a Enel e os pesquisadores da UFF foi por conta do aumento da criminalidade e da expansão dessas “áreas de risco”. Cada vez mais relatos vindos dos funcionários da empresa de como era difícil e por muitas vezes impossível de se realizar algum tipo de ordem de serviço em determinadas localidades por conta das diversas ameaças proferidas contra eles. Esses casos não se restringem apenas ao Jardim Catarina, mas ao município como um todo. Porém, o que foi possível de se perceber dentro da pesquisa era como estas “áreas de risco” apenas se expandiam, nunca regrediam. Uma vez que se tornava uma “área de risco”, tinha chances praticamente nulas de voltar a ser considerada uma área “recuperada” (Miranda et. al., 2016).

2 Segundo aponta Teixeira (2012) citando a concepção de “bandido formado” composta do Zaluar (1985), este “seria o ‘bandido’ que é reconhecido por respeitar os moradores não envolvidos com o crime (geralmente agem sempre em defesa de sua área e das pessoas que moram nela) e que não utiliza a violên-

cia de forma abusiva, que reconhece e respeita as hierarquias locais” (p.185).

Klarissa Almeida Silva Platero

Professora da Universidade Federal Fluminense no Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Departamento de Segurança Pública. Graduada em Ciências Sociais UFMG, possui mestrado em Sociologia pela mesma instituição e doutorado em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia pela UFRJ.

Fernanda de Souza Ribeiro

Bacharel em Segurança Pública e Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade, da Universidade Federal Fluminense. Estudos com ênfase na área de Segurança Pública e Criminologia Social.